

INTERSECCIONALIDADE NA EDUCAÇÃO: AS IDEIAS DE ASAD HAIDER E MULHERES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

INTERSECTIONALITY IN EDUCATION: THE IDEAS OF ASAD HAIDER AND BLACK WOMEN IN GEOGRAPHY AND HISTORY TEXTBOOKS

Recebido em: 01/11/2024

Aceito em: 15/12/2024

Publicado em: 30/12/2024

Gisele Aparecida Soares dos Santos¹ 

Danieli Gomes Cordeiro² 

Resumo: Neste artigo, buscamos analisar como os conteúdos didáticos, especialmente os livros de Geografia e História, juntamente com as narrativas veiculadas pela mídia, escola e outras instituições, perpetuam estereótipos e marginalizam certos grupos sociais. Essas práticas contribuem para a construção de uma imagem estigmatizada e limitada do negro em diversas vivências e práticas sociais. Além disso, exploramos como a ideologia é perpetuada por esses aparatos midiáticos e como isso se reflete na Educação. Concluímos que é necessário promover uma educação que favoreça a justiça social e a equidade, destacando a importância de analisar outros materiais educacionais e implementar políticas que promovam a representatividade e inclusão nas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação; Geografia; História; Livro didático; Ideologia

Abstract: In this article, we seek to analyze how educational content, especially Geography and History books, together with narratives conveyed by the media, schools, and other institutions, perpetuate stereotypes and marginalize certain social groups. These practices contribute to the construction of a stigmatized and limited image of black people in various experiences and social practices. In addition, we explore how ideology is perpetuated by these media devices and how this is reflected in Education. We conclude that it is necessary to promote an education that favors social justice and equity, highlighting the importance of analyzing other educational materials and implementing policies that promote representation and inclusion in pedagogical practices.

Keyword: Education; Geography; History; Textbook; Ideology.

INTRODUÇÃO

O aniversário de 20 anos da Lei 10.639/03 no Brasil, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, sinaliza uma etapa importante na trajetória educacional do nosso país. No entanto, à medida que celebramos essa lei em 2023, é essencial confrontar os desafios persistentes em sua implementação, especialmente no que se refere à

¹ Graduada em licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: giselesoares.santos@outlook.com

² Aluna do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: danieligomescordeiro@outlook.com

representação não somente da população negra no âmbito geral, mas neste trabalho, tomaremos como foco a representação de mulheres negras, de seus corpos, e a interseccionalidade entre gênero, raça, classe e ideologias no processo de implementação e criação no atual livro didático brasileiro.

O primeiro aspecto a ser apontado em uma pesquisa relacionada a questão racial é o modo como as relações racializadas são uma construção histórica que se reflete nas relações sociais contemporâneas. Falar e analisar estas relações a partir de duas categorias, raça e gênero, evidencia as situações de violência, segregação e exploração, dentre outras violações dos direitos humanos, que a população negra e especialmente as mulheres negras brasileiras têm sido alvo desde sua escravização no período colonial.

Esse tema e até então, lacuna, não apenas compromete os objetivos da lei em combater o racismo estrutural e promover a valorização da diversidade étnica e cultural, mas também reflete questões mais profundas de desigualdade e exclusão dessas mulheres.

O livro “*Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje*”, do autor Asad Haider (2018), expõe as intersecções entre raça, classe e identidade, oferecendo uma análise tanto nos Estados Unidos onde Haider tem como foco de seus escritos as suas experiências pessoais desde a infância como filho de paquistaneses, quanto seus questionamentos pessoais ao fazer a leituras de escritos como os de Marx e Engels (1948), levando-o a reconhecer e entender a sensação de pertencimento em um lugar fixo, além de como a todo momento é permeado pela mídia estadunidense o 11 de setembro de 2001, emergindo assim, uma violenta hostilidade com os de aparência árabe como Haider, sendo a maioria chamados de terroristas pela mídia e população em geral.

Na introdução de seu trabalho, Haider (2018) delinea suas influências e o método investigativo que sustenta suas avaliações e visões de mundo. Referenciando a autobiografia de Malcolm X, ele destaca a importância de educar-se através das lutas daqueles que vieram antes. Ao incorporar o exemplo de Huey Percy Newton, Haider sublinha a interligação entre o crescimento intelectual e a prática política. Teoria e prática são assim apresentadas como componentes inseparáveis de um mesmo processo, essenciais para a emancipação universal, conforme o autor argumenta.

Além disso, os escritos e a citação do *Coletivo Combahee River* que é citado, serve como um fio condutor argumentativo. Ele critica de maneira positiva o debate abstrato sobre classes sociais, apontando para leituras que negam o papel significativo da opressão. Além disso, ressalta os limites

de um debate que se concentra apenas em identidades e opressão, sem considerar a impossibilidade de solucioná-lo dentro de uma sociedade estruturada por classes.

No mais, é importante destacar algumas observações para ressaltar semelhanças e diferenças entre o contexto dos Estados Unidos e do Brasil. Enquanto no Brasil o preconceito racial é fenotípico, ou seja, baseado principalmente em características físicas, nos Estados Unidos ele está relacionado à origem da pessoa, bastando o reconhecimento de sua ascendência para que ela seja alvo de preconceito (NOGUEIRA, 2007). No Brasil, um mecanismo baseado na ascendência não seria viável ou interessante para as classes dominantes, que são influenciadas tanto pela miscigenação quanto pela ideologia do branqueamento, fenômenos que coexistem no contexto brasileiro.

Nisso, trazer a ideia de Haider (2018) para o Brasil nos coloca a perceber como a mídia, a escola e outras instituições frequentemente perpetuavam e perpetuam até os dias atuais estereótipos e generalizações que vinculam certos grupos sociais a contextos pejorativos.

Podemos então dizer que a questão central do trabalho se baseia em de que maneira as representações de mulheres negras nos livros didáticos contribuem para a promoção ou obstáculo à equidade de gênero e racial na educação?

Dito isso, damos início a nossa problemática, atrelada as narrativas veiculadas por esses agentes que tendem a simplificar as identidades, contribuindo para a construção de uma imagem estigmatizada e marginalizada de determinados grupos sociais. Essa representação distorcida e simplista não apenas reforça hierarquias de poder existentes, mas também limita as possibilidades de reconhecimento dentro desses grupos.

Na mesma linha de pesquisa, é possível observar que os conteúdos midiáticos, influenciados pela herança do período escravista brasileiro, exercem uma função significativa na forma como o negro é retratado. Essa influência é destacada por Ana Lúcia de Castro (2007) em "*Culto ao Corpo e Sociedade: Mídia, Estilos de Vida e Cultura de Consumo*", onde ela aborda a transmissão de tendências, padrões e valores pela mídia. Nessa perspectiva, percebemos que a mídia televisiva atua como um grande mecanismo de reprodução de valores dominantes que são projetados na sociedade e disseminam estereótipos que recaem sobre os corpos negros femininos e masculinos.

Essas narrativas midiáticas não apenas perpetuam hierarquias de poder, mas também alimentam ideologias que sustentam preconceitos raciais enraizados na sociedade brasileira, influenciando as percepções e atitudes até os dias de hoje.

A escolha de investigar teoricamente o impacto das representações de mulheres negras nos livros didáticos, relacionando com as ideias de Asad Haider (2028), justifica-se pela sua relevância crítica na promoção da equidade de gênero e racial em um contexto onde os estereótipos relacionados com o tempo em que se passa sua história e a forma de representação da imagem de todos os Paquistaneses era algo que impactava o seu cotidiano.

As representações nos materiais didáticos têm um papel central na formação das identidades dos estudantes, e a ausência ou estereotipação de mulheres negras pode perpetuar desigualdades e afetar negativamente a autoestima das estudantes negras. Além disso, a literatura existente frequentemente ignora a complexa interseccionalidade de raça e classe, um ponto enfatizado por Haider em suas críticas à política de identidade. Ao trazer essa perspectiva crítica para o campo da educação, este artigo visa preencher uma lacuna significativa na pesquisa, oferecendo uma análise mais abrangente e multidimensional das representações nos livros didáticos.

Sobre o assunto, Santos (2003) ressalta que dentre às mais importantes problemáticas do Brasil não há outra que seja mais mascarada que a questão racial, na medida que:

O negro não está ausente apenas nos meios de comunicação em geral, ele também não comparece como uma entidade importante na vida nacional. Nós [negros] não comparecemos adequadamente nas novelas e nos filmes, nem somos personagens dos comerciais de TV na dimensão que merecemos (só bem recentemente pequenas mudanças começaram a ocorrer) (SANTOS, 2003, p. 26).

Para entendermos a relação da mídia, sociedade e ideologia, Castro (2007) nos mostra como o conteúdo midiático molda o tecido social, transmitindo modelos e princípios para as pessoas. Ao abordar a cultura como um "estilo de vida", Raymond Williams (1979) também utiliza a concepção e a mesma teoria gramsciana de hegemonia, que engloba dois conceitos essenciais: cultura e ideologia. Nesse sentido, Castro (2007) busca elucidar que o “culto ao corpo” como manifestação cultural conta com um apoio que sustenta o discurso hegemônico sobre corporeidade, que atravessa a sociedade como ideologia e como cultura.

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo... Constitui assim um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se na maioria das áreas da sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma cultura, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o

domínio e subordinação vividos de determinadas classes (WILLIAMS, 1979 apud CASTRO, 2007, p. 4).

No mais, o objetivo deste trabalho é analisar teoricamente o impacto das representações de mulheres negras nos livros didáticos sobre a formação de identidades e a promoção da equidade de gênero e racial na educação. Através de uma revisão crítica da literatura existente e da aplicação das ideias de Asad Haider, especialmente suas críticas à política de identidade e sua ênfase na integração de raça e classe, buscamos compreender como essas representações podem tanto contribuir para a promoção da equidade quanto representar obstáculos. Pretendemos destacar também a importância de uma abordagem interseccional e solidária que vá além da visibilidade simbólica, promovendo uma leitura através da transformação social no contexto educacional.

DESENVOLVIMENTO

O escrito adota uma abordagem teórica para examinar o impacto das representações de mulheres negras nos livros didáticos sobre a formação de identidades e a promoção da igualdade de gênero e racial na educação, fundamentando-se nas críticas de Asad Haider à política de identidade. A metodologia inclui uma revisão abrangente da literatura existente, autores como Ana Luisa de Castro (2008) e Sueli Carneiro (2011) entre outros estudos relevantes sobre representações raciais e de gênero em materiais educativos. Em seguida, as ideias de Haider, especialmente sua ênfase na interseccionalidade entre raça e classe, foram integradas como a principal estrutura teórica para a análise crítica. Através dessa perspectiva teórica, exploramos como essas representações podem tanto contribuir para a promoção da igualdade quanto perpetuar desigualdades estruturais, propondo, ao final, implicações práticas para a política educacional e sugestões para futuras pesquisas empíricas.

Portanto, trata-se de um estudo qualitativo, justificado pela necessidade de uma compreensão detalhada e contextualizada dos textos e imagens presentes nos materiais didáticos. Este estudo explora como as narrativas e as ausências nesses materiais refletem e perpetuam estruturas de poder e opressão, com ênfase na interseccionalidade entre raça, gênero e classe.

PNL: ORIGENS E RELAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Embora a educação seja frequentemente vista como uma prática libertadora dos preconceitos, as ideologias embutidas nas narrativas educacionais e refletidas em seus conteúdos pedagógicos ainda representam um grande desafio quando se trata de dismantlar essa construção estereotipada.

O professor utiliza o livro didático para diversas funções e ocasiões, além de uma ferramenta didática em sala de aula ou material de extensão para consultas dos estudantes em casa:

[...] os livros didáticos também muitas vezes são o material utilizado para a preparação das aulas e mesmo dos conteúdos. Estas últimas situações podem inverter a relação docente-livro didático, fazendo com que o professor deixe de ser uma ferramenta utilizada autonomamente pelo professor para ser o próprio comando sobre a atividade docente, visto que assim é o manual que vai definir estruturas, temáticas e conteúdos (e seus fluxos temporais e encadeamentos) a serem trabalhados (SANTOS, 2019, p. 32).

A citação acima destaca para nós a importância dos livros didáticos, na prática docente. Santos (2019) evidencia que esses materiais são, muitas vezes, a fonte principal de criação de métodos e estudo dos docentes, o que ocasiona a inversão da relação entre o professor e o livro didático.

Quando o manual do professor se torna a fonte principal para a preparação das aulas e dos conteúdos, isso limita a autonomia do professor e pode resultar em uma educação pouco crítica e reflexiva, fazendo com que o manual defina a estrutura, as temáticas e os conteúdos a serem trabalhados, restringindo a exploração de outras abordagens e perspectivas. É importante ressaltar que a distribuição desses livros é feita pelo Estado, que, segundo uma reportagem publicada pela Revista Época³ em janeiro de 2021, é o maior comprador de livros didáticos, exercendo assim um grande controle em sua distribuição nas escolas públicas do país. Sua criação e organização se dão em conjunto com especialistas de diversas áreas do conhecimento, como professores, pesquisadores e representantes de entidades convidadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Cabe lembrar que, livro didático, além de ser uma ferramenta fundamental no processo de ensino-aprendizagem, também assumem um papel importante no contexto político. Autores como Antônio Candido (1989) e Dermeval Saviani (2007) destacam que o livro didático é utilizado como um instrumento político de controle, pois pode refletir ideologias e interesses de grupos dominantes.

Ademais quando falamos sobre a construção do livro didático, precisamos inseri-lo no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que inicialmente surge com o nome Instituto Nacional do Livro (INL). Considerando as exigências legais relacionadas à educação, Höfling (2000, p. 159)

³ ÉPOCA. **Estado é o maior comprador e controlador da produção de livros didáticos**. 13 jan. 2021. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/estado-e-o-maior-comprador-e-controlador-da-producao-de-livros-didaticos-1-24822809>. Acesso em: 08 ago. 2024.

compreende o PNLD como "uma estratégia de apoio à política educacional implementada pelo Estado Brasileiro com a perspectiva de suprir uma demanda que adquire caráter obrigatório com a Constituição de 1988". Assim, o PNLD cumpre um dever constitucional que o Estado brasileiro tem em relação à educação.

Se aprofundarmos na reportagem, veremos que o governo federal gastou cerca de R\$ 1,4 bilhão em 2019. No entanto, também destacam que o processo e distribuição de livros didáticos ainda enfrenta desafios, como a falta de diversidade e representatividade em algumas obras e atrasos na entrega dos materiais nas escolas.

É importante ressaltar que há casos em que municípios e suas redes estaduais preferem por distribuir os livros didáticos para escolas, como, por exemplo, o PNLD- SP. O Estado de São Paulo possui seu próprio programa de distribuição, sendo uma iniciativa da Secretária de Estado da Educação de São Paulo e visa assegurar a distribuição gratuita de livros didáticos para suas escolas públicas estaduais.

Cabe ressaltar que esse programa passou por diversas alterações ao longo dos anos, incluindo mudanças em suas nomenclaturas desde a sua criação e a regras de funcionamento. Segundo Höfling (2000), as comissões responsáveis pela avaliação dos livros didáticos têm atuado de forma mais sistemática desde 1996.

Com base na argumentação de Oliveira, Giordani e Tonini (2019), dizemos que o livro didático é um produto moldado a partir dos editais elaborados pelo Ministério da Educação (MEC). Esses editais estabelecem critérios e normativas pré-estabelecidos que devem ser cumpridos pelas editoras na produção dos livros didáticos. Portanto, o livro didático é influenciado e direcionado pelo edital, que é uma normativa criada pelo Estado com o intuito de garantir a qualidade e adequação dos materiais didáticos utilizados nas escolas.

Ademais, essas práticas neoliberais que constituem um cenário Pós-Ditadura Civil-Empresarial-Militar, nos levam a perceber como funcionava a educação naquele momento da política e da regulamentação educacional, nas práticas educacionais e, principalmente, na criação dos materiais didáticos. Em contrapartida, Haider destaca em seu livro quase como um paralelo como a educação pode ser utilizada como uma ferramenta de controle social, perpetuando a hegemonia cultural e marginalizando vozes dissidentes.

As normas, limites e execuções a serem cumpridas nos editais antes do PNLD, nos mostram como a construção de um livro didático deveria “trazer os pensamentos dos autores”, suas formas de identificarem o mundo, suas estratégias de aprendizagem e conhecimento passada por editoras que aprovavam seus conteúdos. Porém, sendo o Ministério da Educação o principal órgão responsável por definir as diretrizes e critérios para a produção dos livros didáticos, e assim estabelecer o que deve ou não ser incluído nas publicações, fica a seu critério emitir editais que especificam suas exigências (BIZELLI; BIZARRO, 2010).

A VISÃO EUROCÊNTRICA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A violência emerge como uma das marcas centrais na análise do nosso modelo de relações de gênero-sexualidade e étnico-raciais, onde o domínio nas representações e interpretações do real é definido por imagens de homens, cristãos, heterossexuais, brancos de origem europeia, elevados à posição de ícones de autoridade e respeito absoluto, não podendo e não devendo ser representado de outra forma, seja na mídia, em documentos e materiais didáticos. Essa representação excludente silencia, invisibiliza e marginaliza todas as experiências socioespaciais que não se alinham a esse padrão, considerando-as atípicas.

Lao-Montes (2007) aponta que, para os geógrafos, o racismo se manifesta em múltiplas escalas. Na escala micro, esse padrão de poder estabelece uma hegemonia racial. Na escala macro, o racismo se revela em dimensões regionais, nacionais e globais. Essas escalas remetem ao conceito de racismo abordado por Grosfoguel (2007), que consideramos presente no currículo escolar como racismo epistêmico.

O racismo epistêmico é um dos racismos mais invisibilizados no “sistema mundo – capitalista/ patriarcal/moderno/colonial”. O racismo em nível social, político e econômico é muito mais reconhecido e visível que o racismo epistemológico. Este último opera privilegiando as políticas identitárias dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres) é considerada como a única e legítima para a produção de conhecimentos e como a única com capacidade de acesso a “universidade” e a “verdade”. O racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais (GROSGOUEL, 2007, n.p.).

Para aprofundar no tema, destacamos o conceito de racismo/sexismo epistêmico, que revela uma heterarquia de gênero e raça no campo do conhecimento (GROSGOUEL, 2013). Essas duas

marcas são usadas para legitimar ou invalidar os conhecimentos produzidos por determinados grupos sociais e seus gêneros.

Nesse contexto, ao investigar como as relações entre mulheres negras e a figura masculina nos materiais educacionais podem perpetuar hierarquias de raça e gênero, Haider (2018) nos instiga a considerar suas reflexões e adotar uma perspectiva interseccional na educação com urgência.

Pois, exclusão, a busca por autodefinição e a luta por uma narrativa de identidade que seja verdadeiramente representativa e emancipadora, também se faz parte da realidade do autor. Onde as ideologias que marcaram o seu cotidiano e a sensação de não pertencimento e de uma identidade imposta, fizeram com que Haider (2018) questionasse e desafiasse as normas dominantes que limitam a expressão plena de sua identidade.

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA IDENTITÁRIA

Numa fala emblemática, a filósofa Sueli Carneiro afirmou que "Eu, entre esquerda e direita, continuo sendo preta" (CARNEIRO, 2002).⁴ Essa declaração explícita deixa claro que, para a estudiosa, o racismo não pode ser reduzido a uma questão meramente identitária. Portanto, simplificar os debates sobre raça e classe para uma agenda de identidade pode ser uma armadilha, especialmente em contextos políticos tão polarizados como o atual cenário brasileiro.

Enfrentando a imposição de racialização que lhe é atribuída, a filósofa confronta a questão da identidade racial como uma realidade material determinante, independentemente da configuração política no poder.

Os papéis sociais impostos às pessoas negras continuam resultando em desumanização e encarceramento. No contexto da discussão sobre identidade, o desafio está em evitar essencializar a compreensão desse fenômeno, o que não apenas esvazia o conceito, mas também distorce sua verdadeira natureza.

No capitalismo, onde nem o ser humano nem a natureza têm valor intrínseco, o indivíduo é valorizado pelo que possui e não por sua essência. Nesse contexto, o negro é frequentemente

⁴ Sueli Carneiro: "Não me consta que o Pitta não tenha consciência de sua condição de negro. Não se tem notícia dele como ativista. (...) Somos seres humanos como os demais, com diversas visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta" (CAROS AMIGOS, n. 35, fev. 2000).

desprovido do seu valor. No entanto, o sistema capitalista se adapta e se transforma ao longo do tempo e do espaço.

Um artigo publicado pela autora Ana Célia da Silva, cujo título é “*A desconstrução da discriminação no livro didático*”, Silva (2005) nos fala como a representatividade de pessoas negras vistas ocupando papéis comuns e cotidianos na sociedade sem uma escala de valor aplicada, resulta na não produção de estereótipos e estigmas de determinado grupo:

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a autorrejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado (SILVA, 2005, p. 24).

Ao refletir sobre essa citação, é evidente que os materiais didáticos desempenham um papel essencial na formação da identidade dos alunos. Quando a população negra é representada de maneira estereotipada ou invisibilizada, o impacto é devastador. A identidade, quando reduzida à mera representação simplista, se converte em identitarismo, distorcendo a verdadeira essência e complexidade do indivíduo. Os livros didáticos de Geografia e História, ao tratar de temas como colonização, escravidão, movimentos de resistência e diáspora africana, têm o potencial de proporcionar uma compreensão mais rica e diversificada da experiência negra. No entanto, quando essas narrativas são omitidas ou mal representadas, perpetua-se uma visão limitada e prejudicial do papel dos negros na história e na sociedade contemporânea, refletida até os dias atuais.

A representação precisa ser problematizada na complexidade que essas relações sociais implicam. Identidade é construída historicamente. Trata-se de uma ideologia que se constitui no interior de relações concretas que estruturam a sociedade do capital, fundamentando instituições políticas e econômicas.

Almeida (2019), no prefácio da edição brasileira de “*Armadilha da Identidade*” de Haider, nos alerta sobre os limites e, principalmente, os perigos do identitarismo:

(...) as narrativas e relatos subjetivos não nos oferecem mais do que um caleidoscópio sociológico. O identitarismo, como forma de pensar a realidade, tem o seu limite máximo nas manifestações da ideologia identitária (ALMEIDA, 2019, p. 10).

Portanto, a identidade é uma construção que vai além da história, sendo predominantemente ideológica. Ela surge das relações sociais que estabelecemos dentro de práticas discursivas e sociais, e se materializa nos conteúdos pedagógicos utilizados diariamente pelos professores. Mais do que isso, a identidade é produto de um sistema que se infiltra no cotidiano escolar ao longo dos anos.

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

O homem é colocado como o centro, a norma, o provedor e produtor de conhecimento, enquanto a mulher é relegada à periferia, vista como o outro, passiva e à espera do que o centro pode oferecer. Assim, a Europa se posiciona nos livros didáticos como o centro do mundo, considerando-se o padrão máximo de desenvolvimento e modernidade, e se vê como modelo e único caminho a ser alcançado por todos os outros povos. Esse entendimento é descrito por Dussel (1993) como "o mito da modernidade", uma visão eurocêntrica que não reconhece que esse fenômeno não é exclusivamente obra da Europa, mas remonta aos tempos das navegações desde 1492.

Dito isso, as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que exigem a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, são resultados das lutas dos movimentos sociais pela promoção da diversidade e igualdade racial. Estas legislações representam um esforço para desconstruir a visão eurocêntrica dominante nos livros didáticos e no ensino brasileiro.

É importante ressaltar que essas leis não estavam prontas, esperando para serem reivindicadas e aplicadas, mas foram construídas a partir das demandas dos movimentos sociais. Inicialmente, o Movimento Negro de fundamental importância na luta e introdução da lei 10.639/03. Posteriormente, o movimento indígena uniu-se à reivindicação da lei 11.645/08 nos livros didáticos brasileiros. O objetivo central dessas leis é promover uma educação mais inclusiva e igualitária, reconhecendo e valorizando a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena como o cerne da questão, e combatendo efetivamente, ou pelo menos "no papel" o racismo e a discriminação racial no ambiente escolar, marcado pelo eurocentrismo exacerbado.

Incluir os livros didáticos de geografia e história nesse cenário é dizer que as relações e espacialidades desses territórios, contam vivências e relatam experiências que podem ajudar os alunos a entender a história e a cultura que habitam nesses espaços que os cercam e os inclui como protagonistas, não somente como um aparato ideológico de poder, manipulação e criação da figura do homem branco no centro de tudo.

No mais, o livro didático não é visto nesse trabalho apenas como um recurso pedagógico, mas também um propagador de políticas, visões de mundo, e construções de ideologias onde, a representação das mulheres negras nos livros didáticos tem sido objeto de crescente escrutínio e crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A conjuntura social e política atual, marcada pela escalada do autoritarismo e pela perseguição sistemática enfrentada por escolas públicas e professores, especialmente em relação às discussões sobre direitos humanos, questões de gênero e raciais, destaca a necessidade de investigar a presença das mulheres, especialmente das mulheres negras, nos livros didáticos aprovados por políticas públicas como o Programa Nacional do Livro Didático.

Implementar a discussão sobre a história e cultura afro-brasileira nas escolas é fundamental para promover uma educação antirracista que fortaleça e empodere especialmente as mulheres negras. Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho foi de reorganizar e entrelaçar as ideias de Haider (2018), com a análise do livro didático, nos mostrando que de fato, ideologias que permeiam o ser e o ato de o tirar de sua identidade podem acontecer tanto nos Estados Unidos da América, quanto no Brasil e em contextos totalmente diferentes.

Durante essa investigação, enfrentamos dificuldades na desconstrução mental a que nos propusemos, desafiando a forma de produção de conhecimento em que fomos imersos ao longo de toda nossa formação escolar e em outros aspectos da vida. Pensar a partir da teoria decolonial significa nos descolonizarmos em cada atitude e pensamento.

Partindo da premissa de que a geografia e a história não são apenas a transmissão neutra de conhecimentos, mas também espaços de produções e reproduções de ideologias, este estudo buscou analisar como as representações das mulheres negras refletem e perpetuam as estruturas de poder dominantes. Ao mesmo tempo, buscou-se destacar as resistências e as lutas dessas mulheres contra as narrativas opressivas e se essa promoção ou obstáculo sobre equidade de gênero no Brasil é possível ocorrer por entre as páginas dos nossos livros e materiais didáticos, bem como o potencial transformador da educação geográfica na promoção da justiça social e da equidade por entre as ideologias sobrepostas no dia-a-dia de um material escolar.

Pinto (2012) destaca que ao longo da história, é evidente que as mulheres alcançaram inúmeras conquistas devido à organização social e política liderada por diversas mulheres que se opuseram à reprodução da ordem social vigente. No entanto, ainda persistem disparidades relevantes no tratamento e nos direitos em comparação com os homens.

Diante do exposto, torna-se essencial abordar essas questões nos materiais didáticos, considerando a ampla influência do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Brasil. É imprescindível que as relações de gênero, raça e classe sejam discutidas nas instituições escolares sob as perspectivas dos feminismos, especialmente do Feminismo Negro, a fim de promover avanços políticos, econômicos e sociais para esse grupo. Além disso, é fundamental que a educação seja utilizada como uma ferramenta para romper com a violência de gênero e racial.

Em síntese, este estudo revelou como os livros didáticos podem não só perpetuar estereótipos, mas também marginaliza as mulheres negras através de narrativas hegemônicas. Ao conciliar com o autor Asad Haider (2018), podemos questionar as construções simplificadas de identidade e poder, destacando a necessidade de uma abordagem interseccional que inclua raça, gênero e classe social.

Como bell hooks⁵ afirmou, "A representação é uma questão de vida ou morte" (hooks, 1992), e é essencial que os materiais educacionais reflitam essa realidade. Para futuras pesquisas, recomenda-se uma análise mais ampla de outros materiais educacionais. Assim, pensamos que ao avançarmos em direção a uma educação mais equitativa e justa, poderemos de fato colher frutos dessas leis importantes, além do respeito, igualdade para todos nossos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As piadas racistas, os apelidos ofensivos, a segregação social e a exclusão de estudantes negros nos espaços escolares continua sendo real. Conforme o Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2021, apenas 48% das escolas afirmaram ter projetos para tratar relações étnico-raciais, incluindo o racismo. Pautar o antirracismo na educação vai além de envolver e estabelecer princípios de

⁵ A escritora, acadêmica e ativista bell hooks (pseudônimo de Gloria Jean Watkins) prefere que seu nome fosse estilizado em letras minúsculas, tanto em textos quanto em referências. Essa escolha era uma declaração política, a autora deseja desviar o foco de si mesma como figura e direcioná-lo para o conteúdo de suas ideias.

igualdade nos livros didáticos e de condições para o acesso e permanência na escola, conforme previsto na Lei n.º 9.394/1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Ao considerar a importância da educação inclusiva e da valorização da diversidade, torna-se inquestionável a necessidade de repensar e transformar os livros didáticos como ferramentas fundamentais no processo educacional. Conforme a proposta da pesquisa, buscamos resultados futuros, mesmo que ainda existe um padrão em relação aos conteúdos com informações já conhecidas a respeito da temática.

Desta forma, percebe-se o quanto ainda necessitamos de modificações referentes aos conteúdos e figuras da cultura afro-brasileira e suas representações nos livros didáticos. É fundamental que os livros didáticos sejam revisados pelos professores para contemplar de maneira mais abrangente as relações étnico-raciais, a fim de promover a conscientização, a valorização da diversidade e o combate ao racismo.

Essa questão problematizadora revela a importância de não atribuir somente ao professor, a responsabilidade pela representação adequada e inclusão étnico-racial nos materiais didáticos. É preciso reconhecer que o Estado desempenha um papel crucial na aprovação desses materiais e, portanto, tem a responsabilidade de assegurar que eles atendam aos princípios de valorização da diversidade e combate ao preconceito.

Diante disso, o debate e a reflexão de nossa pesquisa geraram frutos significativos para despertar o pensamento sobre os PNLD's aprovados recentemente e como há a necessidade de uma revisão, com vistas a uma educação que promova a valorização não só de mulheres negras, mas da população negra em geral.

REFERÊNCIAS

BIZELLI, J. L., & BIZARRO, C. R.. **O Programa Nacional do Livro Didático e a política do livro didático no Brasil**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 685-700, jul.-set. 2010.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CANDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: **A educação pela noite & outros ensaios**. Digital source/Editora Atica, São Paulo, 1989, p. 140-162.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Ana Lúcia. Culto ao corpo e estilos de vida: o jogo da construção das identidades na cultura contemporânea. **Perspectivas (São Paulo)**, v. 31, p. 137-168. 2007.

DUSSEL, E. **1492: O Encobrimento do Outro - A Origem do Mito da Modernidade**. Conferências de Frankfurt. Vozes Editora, Petrópolis. 1993.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Tradução por Léo Vinicius Liberato. São Paulo: Editora Veneta, 2018.

HÖFLING, E.M. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade[online]**, v. 21, n. 70, p. 159-170. 2000.

HOOKS, Bell, 1952-. **Olhares Negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie, 1984- Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 350 p.

LAO -Montes, A. **Decolonial moves: Trans-locating African diaspora spaces**. Cultural Studies, Vol 21, 2007. p. 3009-338. DOI: <https://doi.org/10.1080/09502380601164361>.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

PINTO, C.R.J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23. 2010.

SANTOS, Hélio. **A Busca de um Caminho para o Brasil: a trilha do ciclo vicioso**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. p.473.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático in Superando o Racismo na escola. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TONINI, Ivaine Maria; GOULART, L.B. (ORG.); SANTANA FILHO M. (ORG.); MARTINS, R. E.W. (ORG.); COSTELA, ROSELANE Z. (ORG.). **O livro didático de geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2017. p. 278.